Caderno Virtual de Turismo
ISSN: 1677-6976
Vol. 2, Nº 4 (2002)

Parque Nacional do Iguaçu

Enílson D'Oliveira, Ivan Bursztyn e Luciana Badin

Resumo

As Unidades de Conservação têm se apresentado como uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural. Nesse trabalho, estaremos fazendo um estudo sobre o Plano de Manejo do Parque Nacional de Iguaçu reformulado pelo IBAMA em 2000. Nossa intenção é mostrar que os diversos pontos contemplados pelo plano, não apenas do ponto de vista de sua orientação aos processos ecológicos, mas também em relação às atividades humanas que ocorrem dentro de sua área de preservação e no seu entorno, e que interferem no seu ecossistema, fazem do PNI um exemplo bem sucedido da integração entre sustentabilidade ambiental e socio-econômica.

Instituto Virtual de Turismo
www.ivt-rj.net
LTDS
Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social
UFRJ COPPE
PEP Programa de Engenharia de Produção
FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

ISSN: 1677-6976
Vol. 2, Nº 4 (2002)

Introdução

As Unidades de Conservação têm se apresentado como uma das melhores estratégias de proteção do patrimônio natural. Para que esse objetivo seja cumprido de fato, torna-se fundamental um planejamento específico, que contemple a ordenação e normatização de qualquer intervenção, uso ou atividade dentro de sua área. Esse planejamento é estruturado no Plano de Manejo, responsável pela identificação de quais zonas são adequadas para receber visitantes, quais as atividades que podem ser desenvolvidas em cada uma dessas zonas, os recursos humanos e a infraestrutura necessários para dar suporte a essa visitação, sem colocar em risco o objetivo de preservação ambiental.

Nesse trabalho, estaremos fazendo um estudo sobre o Plano de Manejo(PM) do Parque Nacional de Iguaçu (PNI) reformulado pelo IBAMA em 2000. Nossa intenção é mostrar que os diversos pontos contemplados pelo Plano, não apenas do ponto de vista de sua orientação aos processos ecológicos, mas também em relação às atividades humanas que ocorrem dentro de sua área de preservação e no seu entorno, e que interferem no seu ecossistema, fazem do PNI um exemplo bem sucedido da integração entre sustentabilidade ambiental e econômica. Com status de Patrimônio da Humanidade, o PNI tem conseguido incrementar sua atividade turística de forma ordenada, diminuindo significativamente seu impacto e obtendo uma lucratividade que garante não apenas a sua própria manutenção como a de outros parques administrados pelo IBAMA.

Enfim, nesse estudo estaremos explicitando diretrizes, medidas e ações que vêm contribuindo para que o PNI venha estabelecendo uma qualidade ambiental no conjunto de suas atrações, beneficiando não somente a cerca de um milhão de pessoas que o visitam anualmente, mas também servindo de exemplo para possíveis desdobramentos de gestões públicas mais justas e ambientalmente sustentáveis.

A questão da Sustentabilidade nas Unidades de Conservação

Atualmente há uma nova tendência no que diz respeito à gestão das Unidades de Conservação. Considera-se que essas unidades não sobreviverão se não se integrarem ao planejamento regional, oferecendo alternativas de desenvolvimento para a região que substituam aquelas que comprometem os objetivos de preservação ambiental. A compatibilização entre os pressupostos da conservação ambiental nessas áreas, onde estão abrigados patrimônios de altíssimo valor do ponto de vista da biodiversidade, com a busca de desenvolvimento para a comunidade local é um dos grandes desafios que perpassa o planejamento e gestão dessas UCs. De fato, as questões que estão implícitas nesse desafio poem em evidência o caráter multi-dimensional do conceito de desenvolvimento sustentável.

O ecoturismo tem sido apontado como um dos caminhos mais viáveis para a conciliação entre sustentabilidade ambiental e sócio-econômica. A sua prática, além de estar assentada nos ideais da conservação ambiental, gera recursos econômicos para a manutenção do parque, bem como abre oportunidades de geração de trabalho e renda para a população local de maneira direta ou indireta. Por outro lado, o crescimento da atividade turística em Parques e Reservas ambientais tem crescido também em função do interesse dos turistas por regiões menos impactadas, que lhes proporcione um contato mais intenso com a natureza. A valorização de bens não apropriáveis como o ar puro, o mar, as belezas

naturais é fruto da busca da vivência de um estilo de vida mais natural (Beni, 1998). Esse fenômeno, segundo alguns estudiosos (Ceballos-Lascurian 1996, Irving 2002), começou a se intensificar a partir dos anos 60 com o aumento da preocupação ambiental.

Porém, no Brasil são poucas as experiências de sucesso da prática de ecoturismo em UCs. A maioria das experiências nessas unidades de conservação vem acompanhada de degradação do patrimônio natural e de um grau considerável de exclusão social. Vários estudos revelam que o acesso aos benefícios gerados com a atividade turística nos parques por parte da população local ainda é algo que não se verifica na prática (Kinder 2002). Em geral, a população mais atingida pelo cerceamento dessas práticas predatórias é aquela que, pelo baixo poder aquisitivo, depende dessa exploração dos recursos naturais para sua subsistência. A não difusão dos benefícios gerados para toda a sociedade faz com que muitos não percebam a importância da preservação daquele patrimônio, não reconhecido como bem coletivo, e sim como um entrave as suas práticas econômicas de subsitência.

Nesse sentido, a principal crítica à concepção das Ucs, e de seu uso público, é de que essas áreas são criadas e administradas sem qualquer participação da sociedade, inclusive daquelas comunidades diretamente afetadas. Por não se adotar uma estratégia de integração entre essas unidades e a socioeconomia local e regional, há uma pressão antrópica permanente e, muitas vezes, crescente. Se levarmos em conta de que a maior parte das ameaças às UCs vem de fora de seus limites, ou seja das comunidades vizinhas, somente com o entendimento dessa população sobre a importância de sua preservação, bem como da busca de solução quanto à inevitável restrição e limitação do uso dos recursos dessas áreas, é que será possível alcançar eficiência no cumprimento dos objetivos preservacionistas.

Esse caminho torna-se ainda mais evidente quando constatamos que a maioria dos Parques Nacionais tem deficiência de recursos humanos para atuar na sua fiscalização e proteção. Como bem sinaliza Kinker(op. cit), a adoção do modelo americano, onde somente o órgão público é responsável pela conservação, fazendo uso de instrumentos de repressão, não é apropriado para o caso brasileiro. Na realidade, além dos limites impostos pela ausência de recursos satisfatórios, a própria evolução do conceito sobre conservação da natureza tem mostrado que é preciso incorporar na elaboração e implantação das UCs uma visão que integre a comunidade a seus objetivos. Não resta dúvida de que esses seriam melhor contemplados caso se contasse com o apoio de toda a sociedade, o que reforça a necessidade do estabelecimento de um vínculo entre os administradores e as comunidade, a partir de um diálogo permanente e direto.

Deve-se destacar ainda, que a compreensão da importância das Ucs só será generalizada na medida em que houver um amplo processo de conscientização, que passa por inúmeras iniciativas educativas e dialogais. A acessibilidade de todos os segmentos da sociedade aos Parques Nacionais é, nesse sentido, uma das primeiras iniciativas que devem ser tomadas, pois muitas vezes a adoção de tarifas elevadas podem tornar esse acesso elitizado, dificultando ainda mais a valorização daquele patrimônio pela comunidade local, uma vez que só se valoriza o que se conhece. Muitas vezes, as comunidades do entorno estavam acostumadas a utilizar aquela área para recreação antes mesmo dessa se tornar um parque. Com o começo da cobrança

ISSN: 1677-6976
Vol. 2, Nº 4 (2002)

de ingressos para visitação o acesso fica dificultado para os próprios moradores locais. É recomendável a adoção de preços diferenciados para os moradores, incentivando a sua presença .

Alguns dados históricos do PNI

Os primeiros registros da região do Iguaçu datam do século XVI, onde os pioneiros foram espanhóis que com as suas expedições chegavam a Bacia do Prata. Dom Alvar Nuñez Cabeza de Vaca foi o primeiro a desbravar as Cataratas em 1542. Nessa época, os índios Caigangue e Tupi Guarani viviam na região denominada por eles "água grande", significado da palavra Iguaçu. O local também hospedou as missões de jesuítas espanhóis por volta do século XVIII, tendo sido, antes da delimitação final do território, palco de choques e disputas entre esses e os portugueses. Do ponto de vista econômico, o povoamento da região foi motivado pela extração e comércio de erva-mate.

Apesar de sua beleza, a região permaneceu despovoada até as primeiras décadas do século XX. A visita de Santos Dumont, ocorrida em 1916, que ficou impressionado com a beleza natural do lugar, contribui para que as terras que abrigam as cataratas passassem a ser consideradas de interesse público. Em julho desse mesmo ano, o presidente do Estado do Paraná Affonso Alves de Camargo, tornou pública essa área. A sua transformação em Parque Nacional foi efetivada através do decreto federal nº 1035 em 10 de janeiro de 1939. Em 1986 foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura(UNESCO) como "Patrimônio Natural da Humanidade".

Localizado no estado do Paraná, sua área de influência abrange os municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Serranópolis do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Vera Cruz do Oeste, Ramilândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques, Capanema, e São Miguel do Iguaçu. A região é marcada pelas culturas italiana e alemã .

No estado do Paraná restam apenas 3,4% da Floresta Estacional Semidecídua originais(Bom lugar para entrar os mapinhas do desmatamento). A área do PNI sozinho corresponde a mais da metade deste total, sendo, portanto, uma ilha florestada num oceano de extensos campos cultivados, refúgio de inúmeras espécies raras e ameaçadas de extinção. A diversidade biológica conta com aproximadamente 257 espécies de borboletas, 18 espécies de peixes, 12 espécies de anfíbios, 41 espécies de serpentes, 8 de lagartos, 340 espécies de aves e 45 de mamíferos, atraindo a atenção de vários pesquisadores que ali encontram fonte para relevantes trabalhos científicos. O Parque assenta-se sobre o Aqüífero Guarani, uma das maiores reservas mundiais de água subterrânea. Com um perímetro de 420 km, o Parque desempenha também relevante papel no ciclo hidrológico da região.

O Plano de Manejo

O Plano de Manejo é o instrumento pelo qual o planejamento e o estabelecimento dos objetivos de uma ação sobre o ambiente de uma Unidade de Conservação é concebido e documentado. Em função dos objetivos e diretrizes propostas, é feito o zoneamento, que define, para cada espaço da Unidade, as possibilidades e restrições de sua utilização. As propostas de ação, por sua vez, são especificadas nos programas e subprogramas.

Objetivos do Plano de Manejo

Os principais objetivos da primeira versão do Plano de Manejo do PNI foram

ISSN: 1677-6976
Vol. 2, Nº 4 (2002)

revistos à luz dos novos conhecimentos obtidos sobre parque e a partir de propostas elencadas em reunião com pesquisadores e funcionários do Parque. São eles:

- Proteção dos ecossistemas, biodiversidade e recursos genéticos da região, dando ênfase as espécies raras, endêmicas ameaçadas de extinção e migratórias, além de proteger a beleza cênica das Cataratas do Iguaçu.

- Propiciar a manutenção dos recursos hídricos e dos patrimônios geológicos e arqueológicos do Parque, recuperando a sua memória histórico-cultural.

- Incentivar a pesquisa, monitorando investigações condizentes com a categoria de manejo e o zoneamento existente.

- Propiciar atividades compartilhadas entre o Parque e demais Unidades de Conservação de modo a atuarem como sistema único de áreas protegidas.

- Contribuir com o planejamento e o ordenamento do uso e ocupação do solo na zona de transição do Parque incentivando o desenvolvimento regional e integrado dos municípios circunvizinhos ao parque.

- Integrar o Parque no contexto do Mercosul e assegurar a qualificação do PNI como Patrimônio Natural da Humanidade.

Para a consecução destes objetivos e à luz dos conhecimentos obtidos sobre a Unidade e seu entorno, foi traçado um novo zoneamento, definidos ações, agrupadas em programas e subprogramas, e estabelecidas áreas que atendam às necessidades do Parque que veremos à seguir.

Diversificar as opções de uso público e educação ambiental, de forma a sensibilizar os usuários, especialmente do entorno, sobre o valor do Parque.

Zoneamento

Para melhor atender os objetivos estipulados, o Plano de Manejo estabelece em seu planejamento uma estratégia de preservação e utilização do espaço através do zoneamento de toda a área do PNI, a saber: Zona Intangível, Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo, Zona Histórico-Cultural, Zona de Recuperação e Zona de Uso especial.

Ações Recomendadas

Para propiciar o cumprimento efetivo dos objetivos expostos no Plano de Manejo foram elaborados cinco grandes programas divididos em subprogramas. O Programa de Uso Público tem por finalidade ordenar, direcionar e estabelecer novas atividades de uso público para o Parque, realçando seus atributos naturais e culturais. Divide-se nos subprogramas de Recreação e de Interpretação e Educação Ambiental.

Com objetivo estender à Zona de Transição e à Área de Influência do Parque o comprometimento de seus morados e das instituições que ali atuam com a conservação da biodiversidade da região e a não-insularização da UC, o Plano de Manejo prevê a realização do Programa de Integração com a Área de Influência. Esse programa está dividido nos subprogramas de Relações Públicas, Educação Ambiental, Controle Ambiental e Incentivos a Alternativas de Desenvolvimento. O IBAMA espera, com esse conjunto de subprogramas, envolver as comunidades lindeiras no processo de desenvolvimento da UC, bem como de toda a região.

O Programa de Conhecimento tem por objetivo fornecer subsídios para proteção e o manejo ambiental, estando relacionado aos estudos, pesquisas e atividades de monitoramento ambiental desenvolvidos na Unidade, compreendendo dois subprogramas: Pesquisa e Monitoramento

ISSN: 1677-6976
Vol. 2, Nº 4 (2002)

Ambiental.

Para garantir a proteção e a evolução natural dos ecossistemas e, quando necessário, intervir e corrigir ações nocivas, restabelecendo condições originais da área, sempre de acordo com recomendações científicas, está sendo implantado o Programa de Manejo do Meio Ambiente. Este está dividido em dois subprogramas: Manejo do Meio Ambiente e Proteção.

O Programa de Operacionalização tem por objetivo assegurar os meios para que os demais programas sejam desenvolvidos. Estrutura-se nos seguintes subprogramas: Regularização Fundiária, Administração e Manutenção e Cooperação Institucional.

O Parque Nacional Iguaçu e sua Sustentabilidade

Como vimos anteriormente algumas questões permeiam o desafio da sustentabilidade das UCs. Procuramos destacar ainda, como o desenvolvimento do ecoturismo nessas unidades vem sendo considerado uma alternativa na busca da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental. Para cumprir o nosso objetivo de avaliar, dentro da ótica da sustentabilidade, as mudanças que vêm sendo implementadas no PNI, cabe voltar à atenção para as seguintes questões:

- 1. Em que medida a reformulação do Plano de Manejo contou com a participação de amplos setores da sociedade civil;
- 2. Se na sua concepção está clara a importância da integração entre o parque e o desenvolvimento regional;
- 3. Em que medida em suas ações estão contemplados incentivos a alternativas de desenvolvimento para as comunidades do entorno;
- 4. Até que ponto existe atenção para a necessidade de se conscientizar a população local sobre o valor da conservação do meio ambiente;
- 5. Caso exista, como vêm sendo administrados os problemas fundiários resultantes da criação do Parque.
- 6. Se a forma como a atividade turística está organizada estimula a mudança de comportamento do visitante em relação ao meio ambiente;
- 7. Se a reestruturação dessa atividade resultou na diminuição do impacto ambiental da mesma.

De uma maneira resumida o que estaremos procurando apontar é se na definição dos objetivos do PM, bem como na forma como esse plano vem sendo implementado, podemos verificar a presença de uma visão que combina conservação e desenvolvimento sócio-econômico local, melhoria na qualidade de visitação para os turistas e minimização dos impactos negativos dessa atividade e se inclui a participação da comunidade tanto na discussão sobre seus objetivos e ações , como na distribuição dos benefícios gerados.

A reformulação do Plano de Manejo do Parque Nacional de Iguaçu contou, na fase de sua elaboração, segundo Apolônio Nelson Rodrigues, subgerente de proteção e Monitoramento do PNI, com a participação de entidades da sociedade civil e do governo. Basicamente foram convocados os prefeitos das comunidades lindeiras, os secretários de meio ambiente e algumas Ongs ambientalistas. Porém, o próprio Apolônio reconheceu que nenhuma Ong local participou ativamente, ou seja, a comunidade da região não esteve representada. Apesar do reconhecimento da importância dessa participação, ainda têm sido limitados os resultados em relação à proposta de envolver efetivamente a comunidade nos processos de discussão e decisão de questões que dizem respeito diretamente a sua existência.

Para a elaboração do novo Plano de Manejo do PNI, foram contratados

ISSN: 1677-6976
Vol. 2, Nº 4 (2002)

especialistas de diversas áreas de conhecimento, que através da metodologia AER (Avaliação Ecológica Rápida) fizeram um levantamento das potencialidades do PNI. Os estudos foram apresentados num workshop, coordenado pelo IBAMA, que utilizando a metodologia ZOPP possibilitou a construção de uma árvore de problemas e, posteriormente, uma árvore de soluções, bem como a definição dos principais objetivos a serem atingidos.

A leitura do Plano de Manejo evidencia uma clara adesão à orientação de integração entre o parque e o desenvolvimento regional. No seu conteúdo encontra-se uma descrição das características do desenvolvimento regional, em seus aspectos físicos, infraestruturais, socioeconômicos, e dos programas de governo que estão sendo desenvolvidos em relação ao meio ambiente e a infra-estrutura na região. A influência do Parque é analisada dentro de um contexto mais amplo enfocando o desenvolvimento de todo o Estado do Paraná. Nesse estudo, algumas importantes características regionais são destacadas, fundamentais para uma compreensão integral dos problemas que o PNI enfrenta, bem como da busca de solução dos mesmos.

No plano, por exemplo, está mencionado o fato de que, por ser uma região de fronteira, a área de influência do PNI conta com um aparato de segurança pública significativa, que poderia em parte ser utilizada na tarefa de vigilância e proteção ambiental do Parque. Porém, segundo o subgerente do IBAMA, a parceria com o governo, que visava o apoio na segurança não vem sendo realizada a contento permanecendo, portanto, dificuldades no que diz respeito à fiscalização e resguardo de sua área.

Essa visão mais ampla e integrada permite também a formulação de propostas mais adequadas em relação a possíveis alternativas de desenvolvimento local, que não aquelas que comprometam a sustentabilidade ambiental do Parque. No PM encontramos entre as ações recomendadas o subprograma de Incentivos a Alternativas de Desenvolvimento, que visa "envolver as populações locais, os setores produtivos e as lideranças comunitárias em iniciativas de implementação de alternativas produtivas rentáveis e de menor impacto ambiental" (Plano de Manejo- Resumo Executivo). Entre as ações previstas estão:

· Apoiar atividades econômicas relacionadas ao ecoturismo;

· Turismo rural;

· Criadouros de animais silvestres

· Reflorestamento de espécies nativas;

· Difusão da agricultura orgânica;

Porém, mesmo que a atividade turística atualmente gere em torno de 700 empregos diretos, seus benefícios ainda não são suficientes para impedir algumas práticas econômicas de caráter predatório realizadas pelas comunidades do entorno. A pesca e a caça ilegais, a retirada de palmito e a extração de madeira, práticas que a fiscalização não tem conseguido evitar, fazem parte das atividades econômicas de subsistência dessas comunidades. Sem que se crie alternativas econômicas concretas esse quadro dificilmente será revertido.

O desenvolvimento da atividade turística em outras áreas do Parque ainda inexploradas, a partir da consolidação de outras parcerias, faz parte de uma das estratégias para que se crie oportunidade de desenvolvimento para os municípios que, até então, têm apenas sofrido perdas econômicas com as restrições que acompanham a implantação de uma UC. Está contemplado dentro do Plano de

ISSN: 1677-6976
Vol. 2, Nº 4 (2002)

Manejo o levantamento de novas potencialidades turísticas e a possibilidade de utilizá-las. A proposta é desenvolver atividades de ecoturismo, tais como trilhas, caminhadas, pernoites nas ilhas, rafting etc., com o objetivo explícito de gerar oportunidades de trabalho e renda para as comunidades lindeiras. Direcionado para um outro perfil de turista, interessado em experenciar um contato mais integral com a natureza, o desenvolvimento dessas atividades podem vir a contribuir para a extensão do tempo de permanência do visitante no Parque e o aumento da receita gerada . Acredita-se que com esse incremento e a distribuição mais ampla desses benefícios, grande parte dos problemas, advindos das ameaças que atuam do exterior para dentro da Unidade, possa ser sanados. Contudo, os resultados positivos desse tipo de iniciativa dependem do sucesso na inclusão dessas comunidades no processo de planejamento e execução dos projetos.

Ainda no que diz respeito à relação Parque/Comunidade, o PNI tem basicamente dois projetos já implementados, além de algumas iniciativas de conscientização ecológica. O primeiro é a adoção de cobrança do preço diferenciado para a comunidade local. Todos aqueles que apresentarem na entrada do parque um comprovante de residência pagam apenas 50% do valor ingresso. O IBAMA abre mão da sua porcentagem do preço do ingresso, arcando com o custo dessa ação. O segundo projeto é a Escola Parque (EP) implementada pelo IBAMA em janeiro de 2000. A EP vem desenvolvendo um trabalho junto a um público alvo com perfil multiplicador (escolas, instituições e empresas dos municípios lindeiros), fundamental para criar uma consciência ecológica necessária para a sustentabilidade ambiental do Parque.

Algumas iniciativas de conscientização da importância do Parque para a manutenção da qualidade de vida da população local têm sido realizadas. Ao longo das visitas periódicas dos biólogos contratados pelo IBAMA às propriedades que estão situadas na Zona de Transição, que corresponde a uma faixa de dez quilômetros no entorno da área protegida ocupada por propriedades rurais que se dedicam à agropecuária, são passadas informações e orientações que vão ao encontro das metas preservacionistas. Cabe destacar que, no caso do PNI, não há qualquer zona de amortecimento entre os limites do Parque e as lavouras e pastagens das propriedades lindeiras, de forma que o uso inadequado de agrotóxicos, por exemplo, afeta diretamente o seu ecossistema.

O PNI, segundo o subgerente de Proteção e Monitoramento, não tem problemas fundiários. Porém, um dos grandes problemas que apesar de solucionado permanece como um dos temas centrais das desavenças entre administração do Parque e a comunidade é a Estrada do Colono. Essa estrada corta o parque numa extensão de 18km, ligando o município de Madianeira a Capanema. Sua utilização seciona a vegetação numa largura de 12,5 m, causando forte fragmentação de habitats, atropelamento de animais e depósito de sedimentos nos rios. O seu fechamento já havia sido recomendado desde a primeira versão do Plano de Manejo, em 1989, sendo que em 1997, após a sentença definitiva pró-fechamento, houve uma ação de invasão dos moradores que reabriram a estrada, ignorando a determinação judicial.

Para essas populações que se sentem prejudicadas com o fechamento da estrada, uma vez que passam a ter que percorrer um trajeto muito maior para circular entre alguns municípios do entorno, o PNI é

ISSN: 1677-6976
Vol. 2, Nº 4 (2002)

visto como um "muro verde", uma barreira às possibilidades de desenvolvimento da região. Na avaliação do próprio IBAMA, para modificar esta visão é fundamental um amplo e contínuo processo de sensibilização, para que essa população lindeira passe a perceber que a proximidade com o Parque é uma oportunidade para impulsionar a economia da região em bases sustentáveis. Na realidade, além desse processo de conscienticização, é preciso que se viabilize, em parceria com essas comunidades, outras alternativas de desenvolvimento. Muitas vezes a população local percebe o valor das Ucs identificando inclusive as vantagens do desenvolvimento do turismo, mas não se consideram pessoalmente beneficiados. Os impactos positivos da atividade são apontados como aspectos potenciais, mas não concretos em sua realidade imediata.

Segundo o IBAMA, foi reconhecido que os motivos que estão por trás do desejo da população na reabertura da Estrada do Colono não se restringe ao universo dos aspectos econômicos, mas também simbólico/emotivos. Antes mesmo da criação do Parque (1939), a estrada era muito utilizada pelas comunidades da região, antepassados daqueles que hoje vivem no entorno do parque. Para essa população, a imposição pró-fechamento atinge diretamente seu direito de ir e vir, sua liberdade e tradição.

A adequação das concessionárias aos objetivos preservacionistas do Plano de Manejo, como veremos mais detalhadamente a seguir, resultou numa melhora significativa no atendimento ao turista, inclusive no que diz respeito às informações que são repassadas durante a visitação sobre o seu ecossistema, o que deve o não ser feito para colaborar com a sua conservação. Ao visitar o Parque uma das coisas que chama a atenção é o cuidado quanto à divulgação de informações educativas e esclarecedoras que previnem contra o comportamento inadequado dos turistas. Tanto a segurança do visitante quanto à preservação do meio ambiente são garantidas com o fornecimento de instruções claras e simples tais como não alimentar os animais, as espécies que habitam o parque etc. A reorientação desse comportamento está intimamente ligado a capacidade de carga da visitação. De fato, constata-se que não há unicamente uma relação direta entre número de visitantes e impactos negativos numa determinada área, pois esses impactos estão também relacionados com o tipo de infraestrutura oferecida e ao próprio comportamento dos visitantes. Enfim, podemos observar que há uma clara preocupação em educar o turista, convidando-o a se integrar às ações que vêm diminuindo de maneira significativa os impactos negativos da atividade turística.

Mas o trabalho de conscientização dos turistas não é suficiente para que os impactos negativos sejam amenizados. O desafio de preservar e monitorar todo o ecossistema aliado à necessidade da manutenção do acesso por parte dos turistas, bem como a criação de novos atrativos fez com que as empresas que atuam no interior do parque passassem por um período de reformulação de suas atividades.

A empresa Cataratas do Iguaçu S.A. foi constituída em 1999 com o objetivo de implantar, operar, administrar, manter e explorar economicamente as áreas concedidas pelo IBAMA pelo período de 15 anos. Tendo sob sua responsabilidade a área destinada a visitação pública, incluindo as cataratas, a empresa vem atuando de forma consciente no que diz respeito às questões ambientais. O planejamento estratégico foi concebido seguindo as normas do Plano de Manejo e suas ações contam com a fiscalização permanente do IBAMA.

ISSN: 1677-6976
Vol. 2, Nº 4 (2002)

O passeio Macuco Safári, explorado a 16 anos pela empresa Ilha do Sol, também passa por transformações no sentido minimizar os impactos ambientais decorrentes da intensa ação antrópica. As mudanças necessárias para a revitalização podem ser observadas em todas as etapas do passeio: o replantio de mudas nativas em torno das áreas de visitação, a substituição de parte da frota de jipes por carros elétricos, modificações no projeto arquitetônico do centro de visitantes e a construção de uma estação de tratamento de efluentes são algumas das iniciativas que visam atender as novas exigências do Plano de Manejo.

Outro empreendimento que, apesar de já fazer parte da história do PNI, não foi poupado de todos esse processo de reestruturação é o Hotel Tropical das Cataratas Eco-Resort. Com o lema de "evitar, reduzir, reutilizar e reciclar", a administração do hotel vem desenvolvendo uma série de atividades no sentido de consolidar a implementação do Sistema de Gestão Ambiental. O projeto vem sendo bem sucedido e em outubro de 2000 recebeu a certificação ISO 14001, sendo o primeiro Eco-Resort na América do Sul a conseguir esta certificação.

O PNI, enquanto primeiro parque a ter os serviços terceirizados, é um exemplo no que diz respeito à meta de sustentabilidade econômica. O que é arrecado pelo IBAMA com a concessão da exploração da atividade turística não apenas viabiliza a manutenção do PNI como de outras unidades de conservação administradas pela instituição. Porém, apesar de toda lucratividade, como o dinheiro é centralizado pelo IBAMA para depois ser devolvido para cada uma das Unidades, e sendo o tempo desse processo determinado exogenamente, muitas vezes a diretoria enfrenta problemas de fluxo de caixa.

Segundo informações obtidas com os administradores do parque apenas 20% do que se arrecada está sendo aplicado no Parque. Caso essa porcentagem subisse para 50% em menos de 2 anos todas as ações recomendadas pelo Plano estariam implementadas.

Não resta dúvidas de que ainda há muito a ser feito, porém, também é inegável, tanto para quem passa um dia no Parque Nacional de Iguaçu, como para quem sabe do rol de dificuldades que permeiam a administração de uma Unidade de Conservação no Brasil, que temos um exemplo positivo na busca de sustentabilidade dessas Unidades.